



**PROJETO BÁSICO**  
**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 41007/2022**  
**PROCESSO Nº 23292.017472/2022-92**

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina pretende contratar a Associação Brasileira de Editores Científicos – ABEC para aquisição do Identificador de Objeto Digital (DOI - *Digital Object Identifier*) para as quatro revistas do IFSC - *Caminho Aberto*; *Eja em Debate*; *RTC* e *RECAT* e para o pagamento de anuidade, tal como relacionados na planilha de especificações técnicas mínimas, com base no *Caput* do artigo 25 da Lei 8.666/93, e nas demais normas legais e regulamentares.

## 1. OBJETO

1.1. Pagamento de anuidade da Associação Brasileira de Editores Científicos – ABEC e fornecimento de serviço para a aquisição do Identificador de Objeto Digital (DOI - *Digital Object Identifier*) para as quatro revistas do IFSC - *Caminho Aberto*; *Eja em Debate*; *RTC* e *RECAT*.

Item	Objeto	Quantidade	ABEC Associado	Total R\$
1	Aquisição DOI	90	6,00 (1 dólar)	540,00
2	Anuidade	1	500,00	500,00
Total estimado para o período de 1 ano				<b>1.040,00</b>

1.2. O prazo de vigência do contrato é de 12 meses, podendo ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

## 2. JUSTIFICATIVA

### 2.1 DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

O Instituto Federal de Educação de Santa Catarina possui uma estrutura *multicampi*, e tem, por fim, ofertar formação e qualificação em diversas áreas, níveis e modalidades de ensino. Em consonância com a estratégia institucional referenciada no Plano de Desenvolvimento Institucional e documentos correlacionados, a instituição através da Coordenadoria de Publicações, gerencia o Portal de Periódicos do IFSC a apoia a editoração de revistas científicas. O estímulo à produção científica e tecnológica dos pesquisadores e extensionistas do IFSC é de extrema importância para o avanço e consolidação dos Programas de Pós-Graduação da instituição.

Para cada artigo publicado pelas revistas científicas da instituição é gerado um Identificador de Objeto Digital (DOI – *Digital Object Identifier*).

O DOI é um padrão para identificação de documentos em redes digitais. Composto por número e letras, é atribuído a um objeto digital para que este seja identificado de forma única e persistente no ambiente da web, hoje, o veículo de maior potencial de alcance no processo de comunicação científica. Trata-se de um identificador internacionalmente aceito



que, além de garantir a autenticidade dos trabalhos publicados, confere idoneidade à publicação e transparência das informações.

O DOI é amplamente adotado nas instituições públicas e privadas em todo o território nacional como meio de garantir a integridade dos documentos digitais na web, tornando-se imprescindível para as publicações atualmente. Destaca-se que com a filiação junto à ABEC será possível a aquisição do DOI para quaisquer outras publicações científicas do IFSC.

A Associação Brasileira de Editores Científicos - ABEC BRASIL, é uma associação com personalidade jurídica própria, com fins não lucrativos, de âmbito internacional, que congrega pessoas físicas e jurídicas com interesse em desenvolver e aprimorar periódicos científicos; aperfeiçoar a comunicação e divulgação de informações; manter o intercâmbio de ideias, o debate de problemas e a defesa dos interesses comuns a comunidade. De acordo com o art. 3º de seu Estatuto, a ABEC tem por finalidade:

- Zelar pelo elevado padrão da forma e conteúdo das publicações científicas;
- Manter contato com instituições e associações correlatas dos país e do exterior;
- Divulgar regularmente matérias de interesse editorial científico;
- Promover congressos, conferências, seminários, encontros e cursos no seu âmbito de atuação.

Ademais a Associação Brasileira de Editores Científicos – ABEC, é a opção mais vantajosa para a Instituição, visto que seus associados obtêm desconto especial nos eventos da ABEC e no convênio com o Crossref para a atribuição do DOI e verificação de plágio, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Não associado ABEC Brasil	Associado ABEC Brasil
Deve realizar aporte inicial equivalente a US\$ 250,00	-
Paga US\$ 5,00 por DOI registrado	Paga US\$ 1,00 por DOI registrado
DOI com data de publicação anterior a 2019 US\$ 0,75	DOI com data de publicação anterior a 2019 US\$ 0,15
Verificador de plágio US\$ 3,75 por documento. Cobrança anual	Verificador de plágio US\$ 0,75 por documento. Cobrança anual

O fato de o IFSC ser sócio desta instituição permite que as equipes editoriais tenham acesso a várias capacitações (Webinar e minicursos gratuitos) qualificando, desta forma, ainda mais nossas revistas científicas. A execução desse serviço está revista no PAT 2022 – OPPPI-P202/22 – Programa de Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico para a sociedade – Fomentar as publicações institucionais.

Diante do acima exposto, faz-se necessário o pagamento da anuidade, para manter a filiação, bem como, o andamento da atribuição do DOI aos artigos científicos e demais benefícios de filiação dos periódicos.

## 2.2 DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A administração do Instituto Federal de Santa Catarina pretende contratar a Associação Brasileira de Editores Científicos – ABEC por Inexigibilidade de Licitação, embasado no

**Instituto Federal de Santa Catarina – Reitoria**

Rua: 14 de julho, 150 | Coqueiros | Florianópolis /SC | CEP: 88.075-010  
Fone: (48) 3877-9000 | [www.ifsc.edu.br](http://www.ifsc.edu.br) | CNPJ 11.402.887/0001-60



Caput do artigo 25 da Lei 8688/1993, pois é a única apta a atender as necessidades do IFSC de forma eficiente e econômica. Ademais, apesar de não ser a única empresa a fornecer o DOI é a única que por meio de seus serviços, dá aos seus associados descontos na aquisição do DOI, conforme demonstrado no item 2.

### 3. ESTIMATIVA DE CUSTO PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

**3.1.** O valor total da anuidade na categoria de Associado Institucional é de R\$ 500,00 (quinhentos reais ao ano), comprovado através de consulta ao site da Associação: [www.abecbrasil.org.br](http://www.abecbrasil.org.br) e também por meio de empenho de outras instituições, conforme demonstrado nos anexos.

Já para a aquisição dos DOI – para as quatro revistas do IFSC - **Caminho Aberto; Eja em Debate; RTC e RECAT** (aproximadamente 40 obras para a Caminho Aberto; 20 obras para a RTC; 20 obras para a Eja em Debate e 10 obras para RECAT), estimou-se o valor de R\$ 540,00/ano, tendo em vista o a quantidade de DOI emitido e valor pago pelo IFSC pelo mesmo serviço no ano de 2021, e conforme tabela apresentada na página 18 do “Guia do Usuário do Digital Object Identifier”, disponível no site da ABEC> Publicações.

Item	Objeto	Quantidade	ABEC Associado	Total R\$
1	Aquisição DOI	90	6,00 (1 dólar)	540,00
2	Anuidade	1	500,00	500,00
Total estimado para o período de 1 ano				<b>1.040,00</b>

**3.2.** Ressaltamos que a quantidade aqui apresentada é estimada para o período de 1 ano e que o valor cobrado por DOI é de \$1 (um) dólar e que foi considerado o valor do dólar R\$ 6,00 (seis) reais, a fim de facilitar os calculo. Estima-se que o valor da contratação para o período de 5 (cinco) anos será de R\$ 5.200,00 (Cinco mil e duzentos reais).

**3.3.** O valor estimado de R\$ 6,00 (seis reais) poderá sofrer alterações durante a execução do contrato, visto que dependerá da cotação do dólar quando do seu faturamento.

**3.4.** Para comprovar a razoabilidade do valor e demonstrar que a ABEC é a única que por meio de seus serviços, dá aos seus associados descontos na aquisição do DOI, buscamos no mercado outras empresas credenciadas a Crossref, tais como: Acesso Acadêmico e GeniusDesign, como demonstrado abaixo:

Item	Objeto	Quantidade	ABEC Associado	Acesso Acadêmico	GeniusDesign
1	Aquisição DOI	1	6,00 (1 dólar)	19,40	18,00

### 4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Instituto Federal de Santa Catarina – Reitoria

Rua: 14 de julho, 150 | Coqueiros | Florianópolis/SC | CEP: 88.075-010  
Fone: (48) 3877-9000 | [www.ifsc.edu.br](http://www.ifsc.edu.br) | CNPJ 11.402.887/0001-60



**4.1.** Estar devidamente cadastrado, junto ao sistema SICAF ou possuir a documentação obrigatória atualizada:

**4.1.1.** Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;

**4.1.2.** Comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal relativo à sede da licitante;

**4.1.3.** Prova de regularidade para com a Fazenda Federal;

**4.1.4.** Prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante;

**4.1.5.** prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

**4.1.6.** Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;

**4.1.7.** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho

**4.1.8.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) emitida no portal da transparência, Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (CNIA) emitida no CNJ e Cadastro dos Inabilitados e Inidôneos emitido pelo TCU).

**4.2.** Indicar o preço, inclusos impostos (federais, estaduais, municipais), taxas, seguros, fretes e outros encargos que incidam ou venham a incidir sobre a formação do preço;

**4.3.** Disponibilizar prefixo, usuário e senha a CONTRATANTE fornecido pelo Crossref;

**4.4.** Informar qualquer ocorrência anormal dos DOIs, quando questionado pela CONTRATANTE;

**4.5.** Oferecer orientação técnica nas submissões do DOI;

**4.6.** Repassar por meio de fatura, a quantidade total de DOIS utilizados, assim que disponibilizados pelo Crossref;

**4.7.** Substituir ou refazer os serviços, objeto deste Projeto Básico, que estiverem fora das especificações contidas na proposta de preços, no prazo de 03 (três) dias úteis, após a comunicação formal do IFSC. Este prazo poderá ser prorrogado, desde que formalizado, justificado e aceito pelo IFSC;

**4.8.** Executar todo o objeto no prazo, nas condições e locais conforme consta neste Projeto Básico;

**4.9.** Assinar o contrato no prazo de 5 dias úteis, a contar da convocação.

## **5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**5.1.** Informar imediatamente à CONTRATADA sobre as intercorrências dos DOIs;

**5.2.** Efetuar o pagamento dentro dos prazos legais;



- 5.3.** Proporcionar à Contratada as facilidades necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente a contratação;
- 5.4.** Prestar aos funcionários da contratada todas as informações e esclarecimentos necessários que eventualmente venham a ser solicitados;
- 5.5.** Utilizar os identificadores (DOI NUMBER) somente nos termos e condições aprovadas pela ABEC e pela entidade PILA (Crossref);
- 5.6.** Aplicar as penalidades pelo descumprimento parcial ou total das obrigações assumidas, sanções que incluirão o registro de ocorrência junto ao sistema SICAF e até restrições quanto à contratação junto a Administração Pública Federal.

## **6. PRAZO, LOCAL, CONDIÇÕES DE ENTREGA**

- 6.1.** Todos os serviços deverão ser executados no território nacional, tendo como base a Sede da ABEC - Associação Brasileira de Editores Científicos na Rua Azaleia, 399, Edifício 3 - Office, 7ª Andar, sala 75, na cidade de Botucatu/SP, CEP 18603-550.
- 6.2.** Os DOIs para o Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC, serão solicitados para a ABEC, a medida que as equipes editoriais avaliarem os artigos e recomendarem a publicação.
- 6.3.** Os DOIs deverão ser solicitados a ABEC por meio da plataforma “Crossref” (<https://www.crossref.org/>) utilizando o prefixo do IFSC e as informações cadastrais da revista científica.

## **7. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS E QUANTIDADE DE SERVIÇO A SER CONTRATADO**

- 7.1.** A estimativa da quantidade de serviço a ser contratado será:

Item	Descrição	Unidade	Qtd Estimada	R\$ Unitário	R\$ Total
01	Emissão de DOI ( <i>Digital Object Identifier</i> ) — Revista Caminho Aberto.	Código numérico	40	6,00	240,00
02	Emissão de DOI ( <i>Digital Object Identifier</i> ) — Revista RTC.	Código numérico	20	6,00	120,00
03	Emissão de DOI ( <i>Digital Object Identifier</i> ) — Revista Eja em Debate.	Código numérico	20	6,00	120,00



04	Emissão de DOI ( <i>Digital Object Identifier</i> ) — Revista RECAT.	Código numérico	10	6,00	60,00
05	Anuidade ABEC (Associação Brasileira dos Editores Científicos).	Código numérico	1	500,00	500,00
Total Estimado para 1 ano R\$					1.040,00

## 8. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**8.1.** As despesas decorrentes da contratação serão consultadas a cada exercício financeiro, de acordo com o especificado no item 7 deste Projeto Básico. Para o ano de 2022, declaramos que há disponibilidade orçamentária e financeira para atender as despesas estimadas em questão, considerando as informações prestadas pelo Departamento de Orçamentos e Finanças do IFSC, confirmadas pelo pré-empenho nº 2022PE00092, com as seguintes classificações:

Orçamento através da Natureza da Despesa 33.90.39, Programa de Trabalho Resumido 128264, Fonte de Recursos 0100000000, Pano interno L00PWP0200N, UGR 152580, valor máximo a ser contratado de R\$ 1.040,00 (Um mil e quarenta reais).

## 9. SANÇÕES POR INADIMPLEMENTO

**9.1.** Em caso de não envio da documentação de habilitação, inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, quantidade inferior ao solicitado, não prestação de garantia do material, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes sanções administrativa, garantida prévia defesa:

I – advertência.

II - multas:

a) de 1% (um por cento) sobre o valor total do somatório dos itens entregues com atraso (NE), por dia de atraso na entrega do material, limitados a 10% (dez por cento) do mesmo valor

b) de 10% (dez por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho (NE), por infração a qualquer cláusula ou condição deste Projeto Básico, não especificada na alínea “a” deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 10% (dez por cento) sobre o valor total da Proposta de preços vencedora, no caso





de recusa injustificada da licitante adjudicatária em retirar a Nota de Empenho ou deixar de apresentar os documentos exigidos, nos prazos e condições estabelecidas neste Projeto Básico.

- d) de 10% (dez por cento) sobre o valor total da Proposta de preços, no caso de rescisão do contrato por ato unilateral da administração, motivada por culpa da Contratada, garantida a prévia defesa, independente das demais sanções cabíveis;
- e) de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor adjudicado, no caso de não-substituição do material no prazo determinado, caso não esteja de acordo com a especificação exigida neste Projeto Básico, limitada a incidência a 10 (dez) dias úteis. Após o décimo dia e a critério da Administração, poderá ocorrer a não-aceitação do material e/ou a sua substituição, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida;

III - Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF, pelo prazo de até 02 (DOIS) anos, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não retirar a Nota de Empenho, deixar de entregar documentação exigida, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, sem prejuízo das multas previstas no item II.

**9.2.** No processo de aplicação de sanções, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, facultada defesa prévia do interessado no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

**9.3.** As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de impedimento de licitar e contratar com a União, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas aqui estipuladas e também previstas na Lei 8.666/93.

**9.4.** O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada o valor devido será cobrado administrativa e/ou judicialmente, com a inscrição na Dívida Ativa da União.

**9.4.1.** Não havendo o pagamento da multa no vencimento constante na GRU e, inexistente garantia contratual, haverá a atualização dos valores conforme fórmula constante no item 10 deste Projeto básico.

**9.5.** As sanções previstas nos incisos I e III deste item poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II.

## **10. DO PAGAMENTO**



**10.1.** O pagamento do fornecimento dos DOIs deverá ser efetuado quando da emissão do boleto referente ao número de pedidos feitos pelo IFSC e anuidade será paga mediante emissão do boleto ou fatura.

**10.2.** No ato da contratação, A CONTRATANTE associada da CONTRATADA, desde que esteja quita com as suas contribuições sociais, terá direito ao desconto de 80% (oitenta por cento) no valor do(s) **DOI(s)**. Dessa forma, o valor unitário do DOI para associado está estipulado em U\$ 1,00 (um Dólar).

**10.3.** No valor fixado para cada DOI, delineado no item 10.2, está embutido o valor do IOF, não havendo nenhum acréscimo à CONTRATANTE.

**10.4.** A conversão do dólar em moeda nacional será realizada pela cotação do câmbio da data de recebimento da fatura pela CONTRATADA. Ademais, será apurado e computado IOF, sendo aplicável a alíquota e a base de cálculo da data de recebimento da fatura pela CONTRATADA.

**10.5.** Serão retidos na fonte os Impostos sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), bem como a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e a Contribuição para o PIS/PASEP sobre os pagamentos efetuados, utilizando-se as alíquotas previstas para o objeto desta licitação, conforme IN RFB 1.234, de 11 de janeiro de 2012 e alterações.

**10.6.** Não haverá a retenção prevista no subitem 10.5 caso a Contratada seja optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, ou se encontre em uma das situações elencadas no artigo 4º da IN RFB 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

**10.7.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento por culpa da Contratante, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que o índice de compensação financeira, devido pelo Contratante será calculado mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = encargos moratórios

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor da prestação a ser paga

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{TX}{365} = \frac{6}{365} = 0,00016438$$

TX = Percentual da Taxa anual = 6%.



## **11. DO REAJUSTE**

Os preços estipulados no item 10.2 serão reajustados, de forma automática, quando a agência de registro do DOI, a Crossref, reajustar/aumentar os valores do DOI.

## **12. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

**12.1.** O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

**12.2.** O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

**12.3.** A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Projeto Básico.

**12.4.** O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

**12.5.** O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Projeto Básico e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

**12.6.** As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

**12.7.** As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

**12.8.** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

## **13. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

**13.1.** O prazo de vigência do contrato é de 12 meses, podendo ser renovado até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.



**13.2.** Conforme determina o Art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93, a duração dos contratos ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ser prorrogados por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosos para a administração, limitada a 60 (sessenta) meses. Portanto, como regra, a fixação do prazo de vigência dos contratos para a prestação de serviços de natureza contínua deve levar em consideração a obtenção de melhor preço e de condições mais vantajosas para a administração e não a vigência dos respectivos créditos orçamentários.

**13.3.** O prazo de vigência de 60 (sessenta) meses traz benefícios à administração principalmente no que tange a procedimentos administrativos e emprego de pessoal, visto que teremos uma redução de 80% nos procedimentos para prorrogação contratual.

Por todo o exposto, propomos a aprovação do presente Projeto Básico.

Aprovadas as condições estabelecidas, encaminhe-se o Processo a Unidade requisitante para as providências que se fizerem necessárias relativas à definição da proposta mais vantajosa para a Administração, após o que, restitua-se à Pró-Reitoria de Administração para encaminhamento ao parecer jurídico, com vistas à realização do pretendido processo.

Florianópolis, 26 de maio de 2022.

**VALDECI REIS**

Coordenador de Publicações

Portaria do(a) Reitor(a) Nº 1064, de 13 de abril de 2022

Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação



DE ACORDO,

Autorizo o prosseguimento do presente processo na forma apresentada neste Projeto Básico

Encaminhe-se ao Departamento competente para continuidade.

**FLAVIA MAIA MOREIRA**

Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação-PROPPi